

Expansão acelerada de benefícios pressiona por nova Reforma da Previdência



ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

PRESSÃO NA PREVIDÊNCIA

Ritmo de aumento dos benefícios do INSS exigirá nova reforma no próximo governo, mostra estudo



da Silva paga a

motorista de

Alberto Vieira parou de contribuir

dá. Vou continuar traba-

lhando mesmo aposentada. PESO DO SALÁRIO MÍNIMO

PESO DO SALARIO MINIMO
O ex-secretário de Previdência
Leonardo Rolim, que participou da elaboração da reforma
do regime no governo anterior, afirma que estimativas apontam que, apesar do cres-cimento das despesas previdenciárias, elas se mantêm es táveis em proporção ao Produ-to Interno Bruto (PIB) até o to Interno Bruto (PIB) até o início da próxima década. Po-rém, a política de valorização do salário mínimo ressuscita-da pelo atual governo pode an-tecipar a reforma, já que os be-neficios têm como referência o piso nacional. Medida apro-vada nelo Corpressona última. o piso nacional. Medida apro-oda pelo Congresso na última semana estabelece que omini-mo será corrigido pelo índice Nacional de Preços ao Consu-midor (INPC) do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos antes, como era até 2019, —Seo PIB crescer, como to-dos desejam, as despesas com benefícios yão querza as re-

benefícios vão superar as re-ceitas e causar desequilíbrios

no sistema — destaca Rolim. Para Paulo Tafner, econo Para Paulo Tafner, econo-mista e presidente do Insti-tuto de Mobilidade e De-senvolvimento Social (IMDS), o cenário é mais difícil. O argumento é que, mesmo se o PIB cair, o salá-rio mínimo pressiona as contas previdenciárias devido à correção da inflação. Ele lembra, ainda, que a úl-tima reforma deixou de fora tima reforma deixou de fora trabalhadores rurais, BPC e manteve diferenciada ida-de mínima de aposentado-ria entre homens e mulhe-res, que vivem mais:

— A gente precisa de uma (outra) reforma logo. O práximo gwernovai ter que

(outa) reforma logo. O proximo governo vai ter que fazer. Não tem jeito. Luís Eduardo Afonso, pro-fessor da Universidade de São Paulo (USP), concorda com a necessidade de correcom a necessidade de corre-ções na Reforma da Previ-dência, como o aumento au-tomático da idade mínima

—A gente tem um terço da população economicamen-te ativa não contribuindo, o que é um conjunto muito ex que é um conjunto muito ex-pressivo de trabalhadores. A expectativa de vida vai con-tinuar subindo, e vamos pre-cisar rediscutir isso. O au-mento da idade de aposenta-doria ao longo do tempo é impopular mais seriido paimpopular, mais sofrido para os trabalhadores, mas não tem como fugir, está ligado diretamente à mudança de-

GERALDA DOCA E LETÍCIA LOPES

O ritmo de crescimento dos beneficios do INSS exigirá uma nova reforma da Previdência já no próximo goveno, mostra estudo com base nos dados do Censo de 2022. Segundo o levantamento, o avanço dos pagamentos de aposentadorias e pensões foi três vezes mais veloz que a expansão da população brasileira nas últimas quatro décadas, uma tendência que deve se manter, pressionando as contas públicas. O descompasso é resultado do envelhecimento da população, com cada vez da população, com cada vez nenos jovens contribuido para sustentar o sistema, e agravado pela informalidade do mercado de trabalho, em que muitos empregados não têm carteira assinada e não re-

colhem para a Previdência. Segundo o economista Ro-gério Nagamine, autor da pesquisa publicada no Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Ge-tulio Vargas (Ibre/FCV), en-tre 1980 e 2022 os beneficios previdenciários tiveram alta de 3,9% ao ano, enquanto o aumento da população foi de apenas 1,3%. Em 1980, o Brasil pagava um beneficio para cada 15,3 habitantes. No tre 1980 e 2022os benefícios previdenciários tiveram alta de 3,9% ao ano, enquanto o aumento da população foi de apenas 1,3%. Em 1980, o Brasil pagava um beneficio para cada 15,3 habitantes. Quando se inclui nesseace

ta pagamentos assistenciais, o Benefício de Presta cão Continuada (BPC), dado ção Continuada (BPC), dado a idosos e pessoas com defi-ciência de baixa renda, que não contribuíram para a Pre-vidência, os dados reforçam a discrepância. Houve um au-mento de 383,4% nos benefi-cios no período de 42 anos frente a um crescimento de 70,6% da pomblação. 70,6% da população.

REAVALIAÇÃO DO MEI

REAVALIAÇÃO DO MEI.

Na avaliação de Nagamine, o
Censo indica a necessidade
de mudança nas regras de
aposentadoria já a partir de
2027. Isso porque, com orápido envelhecimento da população, as despesas com beneficios vão consumir cada vez cios vão consumir cada vez

cios vão consumir cada vez mais recursos de áreas prioritárias, como saúde e educação, além de comprometer outras políticas públicas.

— Os dados do Censo mostram que é preciso um planejamento de médio e longo prazos para evitar problemas fiscais, diante do envelhe cimento da popula.

envelhecimento da popula-ção — afirma o economista. Ele destaca que o debate so-bre o financiamento do regi-

no passado, essa relação já rade um beneficio para ca-a 5,4 habitantes. Quando se inclui nessa con-eira, de 42 anos. Depois de 14 bilizar as operações:



foi demitido háseis anos. Ten-tou voltar ao mercado, sem sucesso, e a saída foi recorrer às plataformas de transporte, onde consegue faturar uma média de R\$ 3,5 mil mensais. Sem reservas financeiras e proteção social, Vieira se pre-ocupa com o futuro, quando deixar de trabalhar deixar de trabalhar:

deixar de trabalhar:
—Cheguei a cogitar pagar
ao INSS como autônomo,
mas as tarifas dos aplicativos
só pioram. O custo é alto e
não sobra dinheiro. Fico precupado como vai ser quandoestiver mais velho, até porque aparecem mais despesas
com médicos, remédios...
Para Marcelo Neri, economista e diretor da FGV Social,

mista e diretor da FGV Social, é preciso dar seguridade a es-ses trabalhadores, sem inviações previdenciárias e en-cargos trabalhistas ao em-prego formal talvez inviabi-lize a operação. Acredito em um meio do caminho, que garanta direitos, mas que in-centive o crescimento. Apesar da necessidade de ampliar a cobertura da Previ-dência Nagamire suscer por dencia Nagamire suscer por

dência, Nagamine sugere, por exemplo, reavaliar o programa do Microempreendedor Indi-vidual (MEI), com alíquota

vidual (MEI), com alíquota previdenciária facilitada (5% sobre o salário mínimo): —O programa tem sido ca-racterizado por inadequada focalização e tem permitido a substituição de emprego com carteira de trabalho.

nas 1% da receita do regime. nas 1% da receita do regime. Além da aliquota, que precisa-ria ser mais bem calibrada, Na-gamine crítica o valor do fatu-ramento anual do programa, que éde R\$ \$1 mil, e ogoverno que r subir para R\$ 144,9 mil. Manicure há mais de duas décadas, Jaqueline Lima da Silva, de 51, tornou-se MEI há dez aros runado es subios de

dez anos, quando os salões de beleza comecaram a substituir

Em 2021, diz ele, MEIsrepresentavamcercade 10%dos
contribuintes do INSS, mas
respondiam por cercade apeid na frente. Se pudesse,

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11